

DO PERGAMINHO ÀS REDES SOCIAIS: A LEITURA, ESCRITA E EDUCAÇÃO AO LONGO DO TEMPO

Aridelson Ferreira ¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar algumas mudanças históricas importantes referentes à educação, leitura, escrita e comunicação, partindo dos primeiros documentos oficiais, passando pela educação jesuítica no solo brasileiro e sua expulsão, as reformas do marquês de Pombal, a chegada da família real, o período imperial, a educação do século XX e algumas leis relacionadas à educação tecnológica, das quais se discute a efetividade da utilização como ferramentas pedagógicas. Os procedimentos utilizados foram pesquisas bibliográficas e os resultados mostraram que muitas leis foram mudando ao longo do tempo e pouca coisa modificou-se. A não ser pela grande demanda pelo uso das novas tecnologias.

Palavras-Chaves: Educação. Leitura. Escrita. Redes Sociais.

PARCHMENT TO NETWORKS: READING, WRITING AND EDUCATION THROUGH TIME

Summary: Abstract: This paper aims to present some important historical changes related to education, reading, writing and communication, starting with the first official documents, through Jesuit education in Brazilian soil and their expulsion, the reforms of the Marquis of Pombal, the family's arrival royal, imperial period, the education of the twentieth century and some related to technology education laws, which discusses the effectiveness of the use as teaching tools. The procedures used were literature searches and the results showed that many laws have changed over time and little has changed. Unless the great demand for the use of new technologies.

Keywords: Education. Reading. Writing. Social Networks.

Introdução

Nos dias atuais parece fácil ler, escrever, se comunicar, interagindo com o mundo utilizando a internet e suas ferramentas. Autores como Araújo e Biase-Rodrigues (2005, p. 13), afirmam que: “A comunicação mediada pelas novas tecnologias digitais, decorrente dos usos do computador conectado à internet, vem transformando e ampliando as possibilidades das práticas discursivas [...]”. No entanto, nem sempre foi assim, as notícias levavam dias ou até meses para alcançarem seus destinatários, a leitura e a escrita era para poucos, as informações levavam muito tempo para serem conhecidas e a interatividade dependia de todos esses fatores. O que

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté – (UNITAU). Professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

sabemos é que as diversas formas de escrita foram e são instrumentos de comunicação para qualquer civilização, servindo como recursos importantes para preservação da memória da humanidade. O surgimento da escrita bem como a invenção e a evolução das artes gráficas não são tão antigas. Entretanto, desde os primórdios a humanidade utilizou a comunicação como mecanismo de sobrevivência, para transmitir para suas futuras gerações os conhecimentos adquiridos. Entendemos que nem sempre a humanidade teve à disposição mecanismos sofisticados e organizados para registrar seu cotidiano.

Antes mesmo de falar e de construir uma linguagem, os homens se comunicavam por pinturas e desenhos dos mais diversos e em diferentes locais. Os primeiros registros desse tipo de comunicação são chamados de rupestres². Autores como Pinsky (1994), Ribeiro (1989), Funari (1988), entre outros autores entendem que a ideia do homem era deixar sua marca pessoal, uma espécie de demarcação de território. Muitos desenhos tinham formatos de coisas que eles viam e vivenciavam no seu cotidiano, ou seja, suas atividades diárias, como marcas das próprias mãos, animais ou imagens abstratas. Os materiais utilizados também eram diversos sendo mais comuns a utilização de argila, madeira e pedra. Dos registros mais simples à evolução mais complexa aconteceram pela criação de signos, chamadas de escritas ideográficas, sendo os hieróglifos egípcios³ um exemplo desse tipo de escrita. Outra evolução importante foi o surgimento da escrita baseada nos sons emitidos, dando surgimento às escritas silábicas, fonéticas, baseadas no som. Surge também, à necessidade de se criar um suporte para essa forma de se comunicar como o papiro, tecidos e couro assim como outros materiais utilizados por povos diversos como afirma Caldeira (2002):

Sendo assim, Caldeira (2002) acredita que o livro pode ter sido o primeiro produto gráfico a ser publicado. A importância da publicação e divulgação de livros se evidencia no dizer de Caldeira (2002, p. 2), quando afirma que “O livro tem produzido em prensa aproximadamente seis mil anos de história para ser contada. No entanto, Gutenberg foi o primeiro no mundo a usar a impressão por tipos móveis e a prensa

² Que cresce nos rochedos: arbustos rupestres. Gravado na rocha: inscrições rupestres. Arte rupestre, desenhos e pinturas das cavernas pré-históricas. Túmulo rupestre, túmulo cavado numa rocha. Fonte: <http://www.dicio.com.br/rupestre/>. Acesso em 24 jan. 2014.

³ Nome dado aos: um. Caracteres da escrita dos antigos egípcios. 2. Escrita ilegível. 3. Coisa enigmática ou difícil de decifrar. "**hieróglifo**", Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/hier%C3%B3glifo>> Acesso em 24 jan. 2014.

móvel por volta de 1439. O homem utilizou os mais diferentes tipos de materiais para registrar a sua passagem pelo planeta e difundir seus conhecimentos e experiências”.

Ao longo de praticamente toda a idade média nos mosteiros homens reproduziam artesanalmente variados tipos de textos. O crescimento da produo de livros se deve nesse perodo ao surgimento das universidades, o que fez aumentar tambm o nmero de pessoas alfabetizadas, provveis consumidores. Sendo assim, surge a necessidade de maior velocidade na produo dos exemplares, passa a existir uma tcnica chamada xilogravura⁴. O que viria substituir o modelo produzido manualmente. Mesmo assim, a demanda por livro ainda era maior que a produo. Surge ento uma inovao revolucionria para poca, os tipos mveis criados por Johannes Gensfleisch Von Guttenberg⁵ e diversos colaboradores com conhecimentos diversificados, adaptaram uma prensa para uma produo seriada, produzindo 200 exemplares da bblia, um grande feito. Foi somente durante o sculo XV e XVI que a indstria grfica se expandiu rapidamente. No Brasil, os primeiros registros se deram com a fundao da Imprensa Rgia aps a chegada da famlia real em nosso territrio. Pouca coisa mudou durante os sculos, XVII e XVIII ganhando destaque apenas a inovao da litografia⁶ em 1760 por Alois Senefelder⁷, desenvolvendo at ento o segundo maior processo de impresso com matrizes de pedras e imagens desenhadas. O modelo de hoje foi estabelecido no sculo XIX, fotografias, jornais e revistas como exemplos, foram produzido nesse sculo Chartier (2004).

⁴ Tcnica de gravura em madeira. A palavra se aplica tambm s pranchas de madeira e s reprodues. Desde o sc. XV, os artistas tm produzido xilogravuras que esto entre as obras-primas da tcnica de gravura e impresso. Fonte: <http://www.dicio.com.br/xilogravura/>. Acesso em 25 jan. 2014.

⁵ No incio da dcada de 1450, Gutenberg iniciou a impresso da cebre Bblia, de 42 linhas em duas colunas. Cada letra era feita a mo, e cada pgina era montada juntando-se as letras. Depois de prensada e seca, era feita a impresso no verso da pgina. Gutenberg teria imprimido trezentas folhas por dia, utilizando seis impressoras. Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/johannes-gutenberg.jhtm>.

⁶ Esta tcnica de impresso utiliza uma pedra calcria de grã muito fino e baseia-se na repulso entre a gua e as substncias gordurosas. Termo de origem grega formada por *lithos* (pedra) e *graphein* (escrever). O termo foi criado pelo professor Mitterer em 1805, em Munique.

⁷ Coube a **Alois Senefelder** o mrito de ter equacionado e sistematizado os princpios bsicos da impresso a partir da pedra. Foi em 1796 em Munique, que Senefelder, autor de teatro de sucesso discutvel, na procura de meios de impresso para seus textos e partituras, uma vez que no encontrava entusiasmo por parte dos editores, acabou por inventar um processo qumico que permitia uma impresso econmica e menos morosa que os procedimentos grficos da poca. Fonte: <http://tipografos.net/tecnologias/litografia.html>

Sendo assim, a evolução dos livros pode ser considerada devido às revoluções tecnológicas, como a invenção da imprensa no século XV e da leitura nos séculos XVIII e XIX, como afirma Chartier (2004):

No século XVIII, pensou-se que havia uma revolução da leitura, porque o que havia era uma leitura tradicionalmente ligada a um conjunto limitado de livros lidos, relidos, a uma leitura que sempre conservava uma espécie de relação de autoridade, ou de sacralidade. E, com a cultura escrita, este tipo de leitura foi substituído por uma maneira mais rápida, mais efêmera, mais devoradora de ler. E aí surge a idéia de uma revolução extensiva da leitura que, supostamente, havia substituído uma leitura intensiva. No século XIX, a alfabetização generalizada, por um lado, e por outro lado, a difusão de novos objetos impressos, tais como os jornais, por exemplo, configuraram uma revolução que se identificava com uma democratização da leitura. Os historiadores da Idade Média pensavam também em uma revolução, mas de maior duração, que era este o processo através do qual os leitores, mais hábeis e mais numerosos, adquiriram a possibilidade de ler como nós, silenciosamente, só com os olhos, enquanto nos primeiros séculos da Idade Média se necessitava ler em voz alta para entender o texto. Tudo isso constitui um repertório de revoluções, da técnica, do suporte, da prática de leitura. (CHARTIER, 2004, p.1)

Como vimos, muitas foram às mudanças sendo as novas tecnologias iniciando em 1970, com a utilização de *scanners*, máquinas fotográficas e outros aparelhos que melhoraram a qualidade das imagens impressas. A utilização da internet e suas ferramentas são praticamente novas e na educação, principalmente, mais recentes ainda. Encontramos muitas divergências sobre sua utilização como ferramenta pedagógica. No entanto, é o que atualmente é discutido e estudado com relação à mecanização da produção acadêmica e diversos setores da educação como, lançamento de notas, currículo mínimo, controle de defasagem idade série.

Observando esse panorama, discorreremos sobre a história da educação no Brasil destacando mudanças que ocorreram juntamente com acontecimentos importantes, que começam com a chegada dos portugueses em nosso território e vão até os dias de hoje com a utilização das Novas Tecnologias de Comunicação, (NTIC).

Não se pretende nesse trabalho definir conceitos de educação, e sim, descrever como numa linha do tempo, que também não pretende rigor cronológico, aspectos importantes e históricos da educação no Brasil. No entanto os aspectos destacados foram e são importantes até hoje.

Diversos são os estudos específicos, aprofundados e com riqueza de detalhes relacionados a cada um dos temas aqui destacados, que serviram de alicerce e constituem a bibliografia utilizada.

1. A leitura e escrita ao longo do tempo

Como um marco da escrita em solo brasileiro, consideraremos a carta de Caminha como sendo um dos primeiros documentos importantes com relação à escrita e a forma de como se dava a comunicação com a chegada dos portugueses.

[...] e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos, de ponta a ponta é toda praia plana chã e muito formosa. Mas a terra em si é de muito bons ares, frios e temperados como os de Entre-Doiro e Minho, porque neste tempo de agora, assim os achávamos como os de lã. Águas são muitas infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. (SIMÕES, 1999, p. 138).

Diversos outros documentos com as mesmas características foram ao longo do tempo sendo produzidos com o mesmo propósito da carta de Caminha, pois, a corte portuguesa mesmo distante administrava a exploração do novo território. Outros documentos escritos também estão relacionados ao descobrimento como a carta de Mestre João Faras e a relação do piloto anônimo respectivamente apresentado.

Senhor: O bacharel mestre João, físico e cirurgião de Vossa Alteza, beijo vossas reais mãos. Senhor: porque, de tudo o cá passado, largamente escreveram a Vossa Alteza, assim Aires Correia como todos os outros, somente escreverei sobre dois pontos. Senhor: ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril, descemos em terra, eu e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar; tomamos a altura do sol ao meio-dia e achamos 56 graus, e a sombra era setentrional, pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17°, e ter por conseguinte a altura do pólo antártico em 17°, [...]. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1999).

No ano de 1500, mandou o Sereníssimo Rei de Portugal, chamado Dom Manuel de nome, uma sua armada de naus e navios às partes da Índia, na qual armada havia 12 naus e navios da qual armada era Capitão-mor Pedro Álvares Cabral, fidalgo. As quais naus e navios partiram e bem aparelhados e providos de todas as coisas necessárias para um ano e meio. Das quais 12 naus ordenou que 10 fossem a Calecute e as outras duas para a Arábia para irem a um lugar chamado Sofala porque queriam mercadejar naquele lugar, o qual lugar de Sofala acharam estar no caminho de Calecute. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1999).

As cartas assim como outros documentos tinham como objetivo noticiar ao rei D. Manuel I, os principais acontecimentos da expedição. Hoje, estes documentos originais encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

A escrita desde o início mostrou-se importante na civilização da humanidade e nesse trabalho mais especificamente na constituição da identidade do povo brasileiro, sejam pelos primeiros símbolos ou pictogramas rupestres, tal importância fica evidente na afirmação de Charles Higounet (2003, p. 10).

A escrita faz de tal modo parte da nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. (...) Vivemos os séculos da civilização da escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E, sobretudo não existe história que não se funde sobre textos. (HIGOUNET, 2003, p. 10)

Diante disso, a literatura brasileira se apresenta ao longo do tempo de forma muito rica, diversos estilos foram constituindo nossa identidade como, leitores no decorrer do tempo. No século XVI, tivemos o Quinhentismo e a Literatura de Informação, foi o estilo literário que correspondeu com todas as manifestações literárias produzidas no Brasil na época do seu descobrimento. A literatura dos viajantes baseada nas cartas, crônicas, relatórios e documentos enviados pelos padres como mostra o fragmento de texto do Padre José de Anchieta a seguir.

Ao longo da praia, na terra firma, nove ou dez léguas da Vila de São Vicente para o Sul, tem uma vila chamada Itanhaém de Portugueses e junto dela, da outra banda do Rio, como uma légua tem duas aldeias pequenas de índios cristãos. [...]. (CARTAS JESUÍTAS III, 1980 p. 328).

No século XVII surgiu o Barroco que foi a primeira literatura produzida por escritores nascidos na colônia. Didaticamente, o Barroco brasileiro tem seu marco inicial em 1601, com a publicação do poema épico Prosopopéia, de Bento Teixeira como. Fragmento do poema Prosopopéia destinado a Jorge d'Albuquerque Coelho, capitão e governador de Pernambuco.

Cantem Poetas o Poder Romano, Submetendo Nações ao jugo duro; O Mantuano pinte o Rei Troiano, Descendo à confusão do Reino escuro; que eu canto um Albuquerque soberano Da Fé, da cara Pátria firme muro, cujo valor e ser, que o Céu lhe inspira, Pode estancar a Lácia e Grega lira [...]. (NEAD, s.d, p. 2).

No século XVII ganha destaque no Brasil o Arcadismo tendo como principais autores Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama entre outros, como exemplo destacamos um trecho do poema Vila Rica, canto VII de Cláudio Manuel da Costa:

O conceito, que pede a autoridade, Necessária se faz uma igualdade De razão e discurso; quem duvida, Que de um cego furor corre impelida A fanática

idéia desta gente? Que a todos falta um condutor prudente Que os dirija ao acerto? Quem ignora Que um monstruoso corpo se devora A si mesmo, e converte em seu estrago [...]. (BRASIL ESCOLA, s.d).

No século XIX surge o Romantismo influenciado pela proclamação da independência em 1822, ainda no século XIX, o Realismo, Naturalismo e Parnasianismo iniciam-se no Brasil e como representante temos Machado de Assis também neste século temos o Simbolismo (1893). Já no século XX o Pré-modernismo (1902) e o Modernismo (1922). Como exemplo, destacamos frases de Machado de Assis:

Eu gosto de olhos que sorriem, de gestos que se desculpam, de toques que sabem conversar e de silêncios que se declaram; esquecer é uma necessidade. A vida é uma lousa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa de apagar o caso escrito (MACHADO DE ASSIS).

Na atualidade diversos autores como Brait (2010, 2011), Lopes-Rossi (2006, 2011), Marcuschi (2008, 2011), Koch e Elias (2006), Kleiman (1989, 2000, 2004) desenvolvem pesquisas sobre leitura. Atualmente é bastante comum a leitura na internet, ou seja, no meio virtual. Autores como Marcuschi (2008, p. 126), afirma que a internet é: “[...] um suporte que alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos. A internet contém todos os gêneros possíveis”. E não poderia ficar fora disso à leitura e a escrita. Não podemos ver a leitura e escrita na internet como algo negativo, e sim vê-la como um ambiente onde a leitura e a escrita podem ser ampliadas. É preciso orientação por parte de todos os envolvidos com a educação, no gerenciamento do que deve ser utilizado como material. As redes sociais, os *e-mails*, *blogs*, *chats* entre outros recursos disponibilizados pela internet vem tornando o hábito de ler e escrever um fato mais cotidiano, uma vez que estes não são mais exclusividades dos bancos escolares. Para Santos (2008), a leitura no meio digital pode ser entendida como:

...uma encenação em múltiplos espaços. E é importante salientar que não estou falando de uma multi-espacialidade virtual tal como a das literaturas impressa e oral, em que a leitura que fazemos traz, para a concretude das frases que temos diante de nós num dado momento, a virtualidade da trama da obra e das referências intratextuais de vários outros trechos, além dos diferentes intertextos. [...]. No caso do meio digital, ao contrário, trata-se de uma pluralidade espacial concreta: enquanto percorremos os objetos de uma dada tela, enquanto vamos atuando com os comandos via teclado e interagindo através do cursor — por meio de ações que nos são exibidas ou exigidas —, estamos também interferindo em outras instâncias, atuando em outras camadas de programação, direta e indiretamente. (SANTOS, 2008, p. 1)

Ainda nessa linha de pensamento destacamos o que afirma Lévy (2009), vivemos hoje a “a era da Cibercultura”, onde a tecnologia está presente em quase tudo, encurtando espaços, dinamizando o tempo e entrelaçando pessoas por toda parte, o domínio da leitura e escrita é fundamental, tendo em vista que a plena participação social do sujeito depende destes dois fatores. Ou seja, para que o sujeito seja considerado um cidadão é preciso que domine a prática da leitura e escrita, pois se assim não for, fica muito difícil se fazer ouvir, participar ativamente da sociedade, expor suas ideias e seus questionamentos, ou seja, o sujeito não conquista a sua própria cidadania. Pois é com o domínio da leitura que este passa a fazer parte do mundo globalizado, onde o acesso cada vez mais rápido a informação é o grande diferencial. Portanto, é preciso que nós cidadãos participantes da era digital incluamos em nossas práticas cotidianas o hábito de ler e escrever nestes ambientes.

Assim sendo, Moraes (2002) relata que na atualidade:

Há sinais evidentes de um novo ciclo com traços e características cada vez mais globalizados. É um mundo que vem se tornando grande e pequeno, homogêneo e plural, articulado e multiplicado mediante o uso de recursos de voz, de dados, de imagens e de textos cada vez mais interativos. (MORAES, 2002, p. 125)

Trabalhar com leitura na atualidade tem motivado diversas discussões em torno dos métodos adotados para aquisição da prática de ler, não somente nos bancos escolares como também fora deles. Podemos verificar com os fragmentos de textos expostos que desde a nossa descoberta a leitura se mostra importante durante praticamente toda a história da humanidade, no início era quase um privilégio das classes mais influentes e ricas. E hoje em pleno século XXI grande parte dos que dominam a leitura se encontra em classes mais privilegiadas de nossa sociedade. A escola da atualidade exerce papel importante para tentar diminuir essas diferenças e tem se tornado praticamente no único espaço reservado para aquisição da prática da leitura. Sendo assim, fazem-se necessários termos profissionais capazes de introduzir gradualmente em nossas crianças textos dos mais diversos para que no futuro essas crianças possam ter prazer em ler e poderem conquistar sua plena cidadania por meio da leitura. A escola muitas das vezes não tem estruturas suficientes para contornar os problemas de leitura e tentar diminuir às distâncias e desigualdades de acesso a mesma em nosso país. Faltam bibliotecas, livros atuais, pessoal qualificado, projetos e trabalhos que incentivem a participação de todos. Os projetos governamentais ainda não são

suficientes, por diversas vezes vemos reportagens sobre livros encaixotados, queimados ou até mesmo esquecidos em depósitos.

Na atualidade, as redes sociais tem sido um ambiente considerado por diversos autores como favorável a popularização da leitura e escrita, no entanto, não existe consenso sobre a eficácia da sua utilização na educação. Os motivos pelas discussões são os mais variados possíveis, começando pelo uso de uma linguagem específica, característica da comunicação via redes, a utilização do internetês, até a dificuldade de acesso as ferramentas digitais se levarmos em consideração as dimensões continentais do Brasil, o que se acredita ferir a isonomia com relação à aprendizagem. Não cabe nesse trabalho defender ou não a utilização das novas tecnologias e sim chegarmos aos dias atuais onde este tema é bastante debatido.

Entendemos que a escola necessita de autonomia com relação às suas práticas e de profissionais com formação adequada para transitar pelos diversos mecanismos que possam favorecer o aprendizado e a prática da leitura e escrita. Para que isso possa se tornar uma realidade, precisamos não somente legislações como também cursos de formação docente ou de formação continuada que contemplem a utilização das mais variadas formas e materiais que possam ser úteis para o ensino-aprendizado.

2. A educação jesuítica no Brasil

Começaremos por uma breve análise histórica da Companhia de Jesus e sua atuação na educação Brasileira, e para obtermos êxito na descrição das contribuições dos Jesuítas para a nossa educação, partiremos de leituras de autores como Mattos (1958), Burns (1968), Lacombe (1979), Cunha (1980), Larroyo (1982), Albuquerque (1993), Werebe (1994), Niskier (2001), Paiva (2007), entre outros autores que pautaram seus estudos sobre a história da educação.

No século XVI foi fundada por Santo Inácio de Loyola⁸ à ordem denominada Companhia de Jesus, esta, tinha características próprias, seus membros não usavam hábito e nem faziam reuniões para cânticos, comuns em outras religiões, os estudos

⁸ **Santo Inácio** nasceu no castelo de Loyola em 1491, e foi o mais novo filho do casal D. Beltrán de Loyola e Da. Maria Sonnez. Foi enviado aos 16 anos para o palácio de Juan Velásquez de Cuellar, contador dos Reis Fernando e Isabel, que eram católicos. Fonte: <http://www.infoescola.com/>.

demandavam um longo tempo de preparação antes da ordenação e sua principal função era o ensino e a pregação.

Em 29 de março de 1549, Tomé de Souza trouxe em sua armada os primeiros missionários jesuítas sob chefia do padre Manuel da Nóbrega e é justamente esse grupo de religiosos que segundo Bello (s.d), escreverem a história da educação em nosso território.

[...] A história da educação no Brasil começa com o ato de Dom João III determinando a vinda dos padres jesuítas para a catequese dos primitivos habitantes do país. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil com o governador Tomé de Souza em 1549, tendo como superior o padre Manuel da Nóbrega. Foram eles os padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, Salvador Rodrigues e Manuel Paiva. Com esses novos elementos, pode o padre Nóbrega fundar a primeira escola jesuíta no Brasil, um orfanato, localizado na Bahia e que seguiu, em 1553, o “Colégio dos Meninos de Jesus de S. Vicente”. (BELLO, s.d, p. 213)

Outras características do início da Companhia de Jesus ficam evidentes no que afirma Werebe (1994):

E assim se iniciou a educação no Brasil, respondendo aos interesses políticos da Metrópole e aos objetivos religiosos e políticos da Companhia de Jesus. A Companhia se propunha, desde suas origens, a combater o protestantismo, ocupando uma posição proeminente nas lutas que se travavam na Europa contra a Reforma e o “modernismo” que esta representava. (grifo nosso). (WEREBE, 1994, p. 20)

No início educar tinha objetivos religiosos, era preciso que os habitantes locais fossem catequizados, e essa missão ficou a cargo dos padres jesuítas, é como afirma Paiva (2007, p. 42), “Desde que chegaram ao Brasil os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar”. O autor relata ainda que Manoel da Nóbrega em sua primeira carta do Brasil, o atesta: “O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever”.

Conforme Larroyo (1982, p. 379), outro autor que destaca os objetivos dos jesuítas, a Companhia de Jesus foi fundada em 1534 sendo aprovada oficialmente em 1540. Os seus objetivos ficam explícitos “Em bula papal de 1540, quando se aprovou e confirmou-se a Ordem. O objetivo da sociedade de Jesus é pregar, confessar e consagrar-se a educação da juventude católica [...]”.

Lacombe (1979), afirma que, muitas foram às contribuições dos religiosos a pedagogia, especialmente na denominação de curso secundário, nos colégios Jesuítas, estudaram grandes personalidades da ciência e das letras. Diversos foram os autores a

escrever sobre a importante contribuição dos Jesuítas a educação brasileira, cabe destacar o que assegura Albuquerque (1993, p.18) quando afirma que os Jesuítas conquistaram bons resultados com “[...] a transmissão de uma educação homogeneia – mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de homem culto, ou seja, letrado e erudito – plasmando, de norte a sul, uma identidade cultural; a catequese como processo de aculturação”. Ainda segundo o autor “[...] embora destrutiva, de filhos de colonos e órfãos, trazidos de Portugal, com meninos índios e mestiços, elidindo a distinção de raças e dissolvendo costumes não europeus; a contraposição da escola e da igreja à autoridade patriarcal da casa-grande”.

Os jesuítas eram muito organizados em suas missões que contemplavam a expansão da fé católica, como afirma Piletti (1991):

No ensino das primeiras letras, os jesuítas mostraram grande capacidade de adaptação. Penetraram com igual facilidade na casa grande dos senhores de engenho, na senzala, dos escravos e nas aldeias indígenas. Em todos os ambientes procuravam orientar na fé jovens e adultos e ensinavam as primeiras letras às crianças adaptando-se às condições específicas de cada grupo. (PILETTI, 1991, p. 36)

Ou seja, o método de educar dos padres jesuítas era abrangente transitavam com facilidade entre todas as camadas sociais da época.

Relatos históricos atestam que os primeiros jesuítas chegaram a nosso território no ano de 1549. O método adotado pelos jesuítas durou quase dois séculos e no período de 1750 a 1777, foram feitas profundas modificação no sistema educacional brasileiro. Chegava aqui o Marquês de Pombal, ele expulsou os Jesuítas e implantou importantes mudanças na educação com a laicização do ensino, o que não se confirmou, ou seja, totalmente o contrário ao ensino até então utilizado pelos religiosos. A educação implantada pelos Jesuítas não satisfaziam aos interesses comerciais de Pombal.

3. A educação na era pombalina

As reformas do período denominado “pombalino” se deram no reinado de D. José I, o ministro Sebastião José de Carvalho tinha personalidade forte, sua política pautavam-se no fortalecimento do estado, autonomia econômica de Portugal. Koshiba (1996). As reformas pombalinas atingiram diversos setores da sociedade e particularmente na educação tiveram como marco a expulsão dos padres jesuítas.

Sobre a expulsão dos Jesuítas Bello, (s.d.) afirma que:

Toda essa obra educacional foi lançada por terra quando em 1759, o Marquês de Pombal determinou a expulsão dos jesuítas, justificando o seu ato iníquo com alegações caluniosas contra os padres da companhia e suas atividades catequéticas e pedagógicas. Foram extintas todas as escolas e as missões de catequese deixaram de existir. (BELLO, s.d., 215)

A expulsão dos religiosos culminou com a destruição do único sistema de educação vigente no país. Para Werebe (1994), a expulsão dos jesuítas não estava apenas centrada na religião, que era um dos alicerces da companhia de Jesus, Existiam outros fatores, pois segundo o autor, “havia de um lado a oposição ao excessivo poder político e econômico que detinham e, de outro, o fato de que a preocupação principal que os animava era a busca da satisfação de seus próprios interesses”.

Outro autor que também destaca a contribuição da companhia de Jesus foi Niskier (2001, p. 34), ele afirma que a organização dos Jesuítas se consagrou quando o Marques de Pombal expulsou a companhia de Jesus do território brasileiro levando o ensino ao caos, pois Pombal implantou segundo o autor, as “famosas aulas régias” em detrimento de outras denominações religiosas como: os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas.

Ainda segundo Niskier as reformas pombalinas na educação não deram os resultados esperados.

Segundo Werebe (1994, p. 25) *apud* Azevedo (1943, p.314), com a expulsão dos jesuítas do Brasil,

O sistema educacional que eles haviam implantado desmantelou-se. Todas as suas escolas foram simplesmente fechadas. As únicas instituições que subsistiram foram: a escola de artes e edificações militares, criada em 1699, na Bahia, uma aula de artilharia criada em 1738, no Rio de Janeiro, e os seminários de São José e de São Pedro, instalados em 1739, nessa cidade.

Este cenário mudou com a chegada da família real portuguesa no Brasil, (1808-1821).

4. A transferência da Corte portuguesa

Neste período foram abertas academias militares, escolas de direito e medicina e a biblioteca real, ou seja, a chegada da família real deu uma considerável contribuição na educação, foi um marco importante na história. A família real deixaria o país, mas interesses políticos ligados a expansão territorial, exploração de possíveis riquezas

naturais e de mão de obra escrava, além da manutenção do poder, já se planejava deixar aqui seus descendentes. Diversas foram às contribuições da família real para a educação. Dentre elas destacam-se a criação de escolas como a Academia Real Militar, (1810), a Academia de Belas-Artes, (1816), a Academia da Marinha, (1782), a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, (1816), a Escola de Comércio e dois Colégios de Medicina e Cirurgia, um no Rio de Janeiro e outro em Salvador, (1808). Foram fundados o Museu Nacional, (1818), o Observatório Astronômico e a Biblioteca Real, (1810), que tinha seu acervo composto por diversos livros e documentos trazidos de Portugal. Também foi criado o Jardim Botânico, (1809), e inaugurado o Real Teatro de São João, (1810). Como já destacamos uma atitude muito importante de Dom João foi à criação da Imprensa Régia, (1808). Ela editou obras de vários escritores e traduções de obras científicas. Foi um período de grande progresso e desenvolvimento (LACOMBE, 1979). Este modelo durou durante todo o período colonial.

5. O período imperial e a educação

Chega o momento em que a família real deixa o país e volta para Portugal. A independência do Brasil ganha força e segundo Werebe (1994, p. 30), torna-se inevitável devido à fragilidade política e econômica da Metrópole. Ainda segundo Werebe (1994), “O descontentamento das classes dominantes da colônia, apoiadas pelas outras camadas sociais, reforçava o movimento em favor da independência, proclamada em 1822”. A proclamação da independência não trouxe nenhuma mudança na educação, no entanto, diversas foram às denúncias com relação à situação caótica da mesma na Assembléia, diversos projetos, propostas e ideias foram discutidos, sem chegar a nenhuma proposta realmente efetiva (Werebe, 1994). Ainda hoje vivemos a mesma situação, projetos e propostas não faltam em nossas Assembléias Legislativas, no entanto, nada sai das gavetas e quando sai não tem seu efeito prático, pois, por diversas vezes são elaboradas por pessoas sem conhecimento profundo da educação, esquecem que somos um país de dimensões continentais e a desigualdade social instalada fere a isonomia da inserção de quaisquer que sejam os projetos. É preciso reunir especialistas em educação, convidar a comunidade acadêmica e trabalhar em todas as variáveis que compõe uma escola. Como exemplo disso destacamos o que afirma Werebe (1994):

Dos projetos apresentado à Assembléia Constituinte, resultou a lei de outubro de 1823, que estabeleceu o princípio da liberdade de ensino, sem restrições. Essa lei

determinava também: Art. 1º - a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos; Art. 11 – a criação de escolas para meninas, nas cidades e vilas mais populosas; Art. 179 – a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos. (WEREBE, 1994, p. 31)

Se analisarmos friamente os artigos citados, podemos observar a boa vontade da lei com a abrangência da criação de escolas, a inclusão de escolas para meninas e a garantia da gratuidade do ensino. No entanto, assim como acontece hoje à lei não foi cumprida, o que pode ser observado no que afirma Werebe (1994, p. 31), “Evidentemente todos esses dispositivos, absolutamente irrealistas, não passaram das intenções. Não foram e não podiam ter sido cumpridos. Estava tão longe da realidade e não havia no país nem os meios materiais nem humanos para aplicá-los. [...]”. Hoje a história repete-se, projetos, propostas entre outros são impostos às escolas sem nenhum preparo do professor, sem nenhuma mudança nas estruturas escolares, a lei é praticamente imposta e na prática seus resultados são pífios se levarmos em consideração um país de dimensões continentais. Assim como acontece atualmente a profissão docente não era valorizada, faltava qualificação profissional, o que levava ao abandono do magistério. Faltava interesse do poder público para investir na carreira de professores. Ao observarmos estes fatos históricos parece-nos que foi ontem, pois somente o tempo passou e as práticas relativas e melhoria da educação continuam as mesmas com pequenas e irrelevantes mudanças. Diante desse cenário cabe destacar o projeto de Rodolfo Dantas apresentado em 1822, citado por Werebe (1994):

Muitos foram os projetos de reforma do ensino propostos no período imperial. Quase todos não tiveram seqüência, nem foram objetos de uma atenção especial. O único que merece atenção especial é o projeto de Rodolfo Dantas apresentado em 1822 e que deu origem ao famoso parecer de Rui Barbosa. Esse parecer foi, na verdade, um plano global de educação, abrangendo todos os níveis e ramos do ensino [...].(WEREBE, 1994, p. 35)

No final do império a situação da educação poderia ser medida por números, bastando observarmos que no Brasil existiam aproximadamente nove milhões de habitantes e apenas 2% eram alunos Werebe (1994, p. 37). Esta situação fica evidente nas palavras da autora ao finalizar esta importante fase da nossa história afirmando que a Herança educacional da República “foi assim a de um ensino primário deficiente com um corpo docente em geral leigo ou mal preparado [...], de alguns, indivíduos alfabetizados, de poucos conhecedores de latim e grego e de pouquíssimos doutores”.

6. As reformas educacionais do século XX

Já no século XX diversas foram às reformas educacionais, cada estado elaborava suas mudanças obedecendo às características e necessidades locais. No ano de 1930, governo de Getúlio Vargas, o presidente do país cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, logo no ano seguinte o decreto nº 19.850/1931 tem o objetivo de organizar o funcionamento do ensino secundário e as universidades brasileiras. O Decreto:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Nacional de Educação, que será o órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino. **Art. 2º** O Conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação. **Art. 3º** O órgão de que tratam os artigos anteriores será constituído de conselheiros, nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre nomes eminentes do magistério efetivo ou entre personalidade de reconhecida capacidade e experiência em assuntos pedagógicos [...]. (BRASIL, 1931).

Já em 1934, com a promulgação da terceira constituição brasileira, que trazia em sua composição pela primeira vez que a educação era direito de todos. Como relata o artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934).

Em 1937 passa a vigorar a constituição redigida por Francisco Campos e este retirou do texto da constituição a parte que dizia que a educação era direito de todos. Nesse período nasce a UNE, União Nacional dos Estudantes. No ano de 1945 chega o fim do regime conhecido como Estado Novo e começamos um período conhecido como redemocratização da educação brasileira, no governo Dutra nova constituição é elaborada e nesta volta a vigorar que a educação é direito de todos. Em 1948 inicia-se uma campanha para a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Em 1953 a educação é administrada por um ministério próprio O MEC (Ministério da Educação e Cultura). Em 1961 foi regulamentada e Lei 4.024 a LDB, (Lei de diretrizes e Bases). Em 1962 nasce o PNE (Pano Nacional de Educação).

Nas décadas de 60 e 70 foi feita uma reforma universitária, como afirma Cunha (2007):

A reforma do ensino empreendida em 1968 nos marcos das Leis 5.540 e 5.539 (Estatuto do Magistério Superior Federal), bem como dos documentos legais que as antecederam, propiciaram condições institucionais para a efetiva criação da instituição universitária no Brasil, onde, até então, existiam somente faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que propriamente acadêmicos. (CUNHA, 2007, p. 178)

Deixando de lado aspectos políticos desse período, na década de 60 a internet nasce nos Estados Unidos, sua utilização inicial era para fins militares. Somente na década de 70 que os militares americanos permitiram que pesquisadores de universidades tivessem acesso e desenvolvessem pesquisas sobre o assunto. E aqui no Brasil essas duas décadas 60 e 70 podem ser consideradas como as mais produtivas com relação à educação, uma vez que diversas foram as iniciativas governamentais para esse segmento. A intervenção do estado na educação evidencia-se ao observarmos o que afirma Sobral (2000):

No Brasil, esse período é caracterizado pela importância da intervenção do Estado na economia, visando a superação do subdesenvolvimento. Ocorreram uma industrialização progressiva e uma internacionalização da estrutura produtiva, aspectos já observados ao final da década de 50. O desenvolvimento era considerado enquanto modernização e, neste sentido, a inserção do país no mercado internacional era essencial. (SOBRAL, 2000, p. 4)

Ainda segundo a autora:

Embora o modelo econômico de substituição de importações tenha se esgotado e o período 1963-67 tenha passado por baixas taxas de crescimento, a partir de 1968 começa uma nova fase de expansão que vai levar ao chamado "milagre econômico brasileiro". Neste quadro, delineia-se uma política educacional preocupada, sobretudo com a rentabilidade dos investimentos educacionais. Frutos dessa política são a Reforma Universitária de 1968 e a Lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971, que se baseavam na constatação da deficiência de mão de obra qualificada necessária ao desenvolvimento econômico do país e da discrepância entre a preparação oferecida pelo sistema educacional e as necessidades da estrutura de emprego. (SOBRAL, 2000, p. 4-5)

A internet chega ao Brasil, nasce inicialmente com acesso restrito ao meio acadêmico, ou seja, nada melhor para nosso estudo que o seu nascimento seja logo na educação, o que poderia facilitar sua utilização como ferramenta educacional. No entanto, são diversas as dificuldades encontradas no início, velocidade de acesso, popularização do uso como exemplos. Aos poucos as dificuldades foram sendo resolvidas, ainda hoje não é a ideal, falta uma utilização mais efetiva com relação ao ensino, mais incentivo dos governantes, estruturas das escolas, preparação docente e estudos que contemplem a utilização da internet como ferramenta pedagógica. Não

sabemos, por exemplo, se a velocidade das informações trocadas pela internet é prejudicial ou não para os alunos em formação, não temos resultados efetivos de projetos que possam afirmar a eficácia do ensino via redes, autores como Postman (1994, p.14), afirma que: “Toda tecnologia tanto é um fardo como uma benção; não uma coisa ou outra, mas sim, isto e aquilo”. Ou seja, a eficácia ou não do uso da tecnologia na educação dependerá de diversos fatores. À medida que cresce a popularização do uso das tecnologias cresce também a necessidade de se obter melhor conhecimento dos seus benefícios e malefícios.

7. Legislações relacionadas à educação tecnológica

Diante da crescente demanda pelo uso das novas tecnologias, o Ministério da Educação (MEC), vem criando propostas para utilizá-las no contexto da educação. Nesse sentido, diversas foram as leis, decretos, portarias, resoluções e pareceres todas relacionadas à educação tecnológica.

Diante dos diversos projetos, propostas, leis e programas apresentados o que podemos verificar na prática é que ainda são suficientes ou não tão eficazes como deveriam, os motivos, os mais diversos, perpassa pelas estruturas escolares, formação de professores e formação continuada. Falta interesse, divulgação e acesso aos profissionais de educação. Na escola de hoje pouca coisa mudou. O educador Anísio Teixeira em seu livro intitulado “Educação e o Mundo Moderno” se questionava como seria a escola do futuro? E como resposta ele dizia “a sua escola de amanhã lembrará muito mais um laboratório, uma oficina, uma estação de TV do que a escola de ontem e ainda de hoje”. Essa afirmação do autor não se confirmou se considerarmos a afirmação do educador Marcos Tavares (2009), quando destaca que:

A primeira vista pode-se dizer que a escola dos dias atuais pouco mudou em relação à de 1969. Sua estrutura física nada se assemelha a um laboratório ou a uma estação de rádio ou TV, como vislumbrava Anísio Teixeira. Muitos professores ainda continuam desempenhando sua função da mesma forma que seus antecessores [...]. (TAVARES, 2009, p. 13)

As contradições entre a escola vislumbrada por Anísio Teixeira e as afirmações de Marcos Tavares corroboram a nossa conclusão.

Considerações finais

Mesmo não tendo a pretensão de analisar profundamente todos os fatos históricos que marcaram a educação no decorrer do tempo, este artigo navegou por diversos episódios que marcaram a nossa história, particularmente os relacionados à educação. Em comum percebemos uma linearidade na maneira ainda centrada no professor, “único detentor do saber”, aquele que ensina. Não generalizamos, pois, em um percentual ainda tímido e apenas em alguns momentos a comunidade acadêmica ganha voz. Isso se evidencia mais nos dias atuais, ganhando força com o advento da inserção da internet, suas ferramentas, aplicativos e mecanismos de interação e pesquisa. Respeitando cada época e situação sem defender ou acusar qualquer filosofia educacional, até mesmo porque os momentos históricos e os interesses eram outros, vivemos na atualidade uma “avalanche” de informações, uma “invasão” de conteúdos diversos disponíveis em plataformas também variadas.

A demanda por tecnologia cresce na mesma proporção em que a globalização é um fato no mundo inteiro, às distâncias diminuíram, as notícias são expostas em tempo real a busca pela velocidade de se comunicar parece ser “item de série”, particularmente de nossos alunos e de parte da população, parece que necessitamos de informações instantâneas, prontas, fáceis, acessíveis. Diferentemente do passado quando a carta de Coimbra levou um considerável tempo para chegar às mãos do Rei. O que nos perguntamos é onde pararemos ou se pararemos. Não nos parece que fica por aí, no entanto, carecemos ainda de respostas efetivas quanto à qualidade, eficácia e ganho com as demandas crescentes por tecnologia. Apenas para citar um dos obstáculos, ser isonômico com relação à oferta de educação via internet, basta entendermos sermos um país de dimensões continentais. Outro aspecto que deve ser levado em consideração e numa opinião particular é a formação de professores, que é deficitária desde suas necessidades básicas, e poucos ou quase nenhum curso de graduação contempla a inserção das tecnologias em sua grade.

O Estado vem disponibilizando programas de formação inicial e continuada, cria leis, projetos e decretos voltadas à formação com propostas de utilização das novas tecnologias, mas ainda é insuficiente, ineficaz, os motivos vão da pouca divulgação a dificuldade de acesso. Na verdade, algumas ferramentas existem, algumas leis existem,

alguns cursos de formação inicial e continuada existem, alguns alunos trazem um conhecimento prévio tecnológico, a popularização do uso da internet favorece esse panorama. No entanto, a ferramenta mais importante, professor, que tem o papel de orientar esse conhecimento trazido pelo aluno, levando-o a se beneficiar dos aspectos positivos das tecnologias, está em segundo plano, ou seja, suas responsabilidades no mundo atual aumentaram e sua preparação não acompanha essa evolução, muitos, por falta de oportunidade e outros por falta de informação, não conseguem se especializar.

A utilização das ferramentas tecnológicas, como suportes pedagógicos, é motivo de diversas discussões, os motivos são os mais diversos, vão de medo da mudança em si até mesmo o mito de que a máquina irá substituir o professor. O que não podemos afirmar é que se o professor não utiliza a tecnologia em suas atividades não significa dizer que o mesmo não as conheça, domine ou que a temam. Entretanto, precisamos produzir projetos e elaborar propostas que possam ao longo do tempo servir de alicerce para uma educação mais inclusiva, participativa, colaborativa e realmente efetiva. Se compararmos o primeiro registro de escrita, aqui considerado a carta de Pero Vaz de Caminha, com as postagens nas redes sociais, com os jornais online, com os emails com a comunicação via telefonia com internet e suas ferramentas de comunicação, o avanço foi enorme. Mas se observarmos com um pouco mais de saudosismo, uma carta, um cartão postal, um jornal, uma revista, um bilhete tem seu valor, não somente sentimental como também pedagógico. Sendo assim, acreditamos que as tecnologias não substituirão o professor, acreditamos também que os recursos que anteriormente utilizados vão continuar sendo instrumentos valiosos para a educação.

Referências bibliográficas

- ANCHIETA, José. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro, Biblioteca de Cultura Nacional, 1933. Col. Afrânio Peixoto da Academia Brasileira de Letras.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Educação e modernidade no Brasil**. In: Fórum Nacional As Bases Do Desenvolvimento Moderno, 5. 1993, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Nobel, 1993.
- ARAÚJO, Júlio Cesar; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. *Interação na Internet: Novas formas de usar a Linguagem*. Rio de Janeiro - RJ: Editora Lucerna, 2005.
- BELLO, Ruy de Ayreo. **Interação na internet: Novas formas de usar a linguagem**. Pequena história da educação. São Paulo: Editora do Brasil, s.d.

BRASIL. **Decreto n. 19.850 de 11 de abril de 1931.** Cria o Conselho Nacional de Educação.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 16 de julho de 1934.

CALDEIRA, Cinderela. **Do papiro ao papel manufaturado.** Espaço Aberto, n. 24, out. 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco24out/vaipara.php?materia=0varia>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CARTAS JESUÍTAS III - **Informações Fragmentos Históricos e Sermões** – EDUSP, 1980.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio, **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: TEIXEIRA, E. M., (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** São Paulo – SP: Autêntica 3 ed. 2007.

_____. **A Universidade Temporã.** Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia.* São Paulo. Ática, 1988. 85 p.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita.** 10ª edição - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KOSHIBA, Luiz; PREIRA, Denise Manzi Frayze Pereira. **História do Brasil.** São Paulo- SP: Editora Atual, 1996.

LACOMBE, Américo Jacobina, **História do Brasil.** São Paulo - SP: Editora Nacional, 1979.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

LEVY, Pierre. **A Inteligência coletiva - Por uma antropologia do ciberespaço.** Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

_____. **Cibercultura.** Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS, Luiz Alves. **Primórdios da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. **A Carta de Mestre João Faras,** 1999.

_____. **Relação do Piloto Anônimo,** 1999.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente.** Campinas-SP: Papirus, 2002. p.69-125.

NEAD, Núcleo de Educação a Distância. Disponível em: <www.nead.unama.br>. Acesso em: 31 jan. 2014.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História.** Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PAIVA, José Maria de. **Educação Jesuítica no Brasil Colonial.** In: LOPES, Eliane Maria Teixeira et. al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** São Paulo – SP: Autêntica 3 ed. 2007.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da Educação.** São Paulo – SP: Ática, 1993.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia.** São Paulo –Nobel. 1994.

PINSKY, Jaime. *As primeiras Civilizações.* S. Paulo, ed. Atual, 1994. 98 p. 280 p.

- RIBEIRO, Berta G. *Arte Indígena, Linguagem Visual*. Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia, 1989. 186p.
- SANTOS, Alckmar Luiz dos. **Texto digital e reconfiguração do leitor**. In: Revista Z Cultural. Nº IV – número 2 – abril 2008/julho 2008. Disponível em: <<http://www.pacc.ufrj.br/z/ano4/2/alckmar.htm>>. Acesso em 7 ago. 2013.
- SILVA, Rose Neubauer da, et. al. **O descompromisso das políticas públicas com a qualidade de ensino**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n 84, p.5-16. Fevereiro, 1993:07.
- SIMÕES, Henrique Campos. **As Cartas do Brasil**. Ilhéus: Editus, 1999.
- SOBRAL, Fernanda. A. da Fonseca. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social?**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n.1, p. 3-11, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. *Mestres do Amanhã*. *Apud* TAVARES, Marcus. **A Linguagem Televisiva na Sala de Aula**. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2009.
- TAVARES, Marcus. **A Linguagem Televisiva na Sala de Aula**. Cit. P. 13.
- VILARINHO, Sabrina. Cláudio Manuel da Costa, Brasil Escola. Disponível em:< <http://www.brasilecola.com/literatura/claudio-manuel-costa.htm>> Acesso em: 31 jan. 2014.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil – 30 anos depois**. São Paulo: Ática, 1994.